



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 237/2020

O PRESIDENTE DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão nº 553/2017 - TCU - Plenário, RESOLVE:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás relativo ao segundo quadrimestre de 2020 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 – TCU – Plenário – item 9.4, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de setembro de 2020.

Desembargador **LEANDRO CRISPIM**

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RRE - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (último 12 meses)/DESPESAS EXECUTADAS (último 12 meses)												TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B) TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)	
	LÍQUIDADAS													
	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020		TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (D)	13.146.840,34	13.156.510,81	20.047.864,89	14.930.886,91	17.047.178,26	13.167.159,20	13.565.841,02	13.470.267,84	13.433.973,50	13.592.512,57	13.469.965,94	13.564.378,89	172.593.580,17	268.729,50
Pessoal Ativo	11.162.878,28	11.220.246,98	17.162.544,75	12.998.054,97	14.194.039,21	11.248.199,63	11.649.443,15	11.510.669,58	11.506.572,02	11.622.853,09	11.494.223,80	11.614.205,50	147.377.630,96	268.729,50
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.996.426,14	9.747.209,83	14.241.869,21	11.489.169,43	12.754.984,26	9.780.902,51	9.872.963,38	9.723.962,40	9.732.199,67	9.835.810,13	9.703.652,52	9.810.816,32	126.400.965,80	232.327,28
Outorgas e Parâmetros	1.466.450,38	1.473.035,39	2.920.673,94	1.508.883,94	1.430.034,95	1.467.297,12	1.771.479,77	1.786.077,18	1.768.372,35	1.786.742,98	1.790.571,28	1.797.389,18	20.976.658,44	36.402,22
Benefícios Previdenciários	1,76	1,76	1,60	1,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,72	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.983.962,06	1.936.263,83	2.885.320,14	1.932.831,94	2.853.139,05	1.918.959,57	1.916.397,87	1.939.598,26	1.933.401,48	1.969.959,48	1.975.742,14	1.950.173,39	25.215.749,21	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.546.188,05	1.498.489,82	2.226.327,59	1.522.153,59	2.229.020,32	1.501.507,99	1.499.317,34	1.542.517,73	1.516.320,95	1.546.778,29	1.552.560,55	1.518.553,33	19.699.755,55	0,00
Pensões	437.773,53	437.773,53	658.992,07	410.677,87	624.118,73	417.451,58	417.080,53	417.080,53	417.080,53	423.181,19	423.181,59	431.620,06	5.516.011,74	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,48	0,48	0,48	0,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,92	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (D) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.983.962,06	1.978.311,52	1.488.675,70	184.244,28	2.853.139,05	1.918.959,57	1.916.397,87	1.939.598,26	1.933.401,48	1.969.959,48	1.975.742,14	1.950.173,39	22.112.564,80	135.169,87
Indenizações por Danos e Incentivos a Danos Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	42.047,69	0,00	64.070,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.118,02	135.169,87
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.983.962,06	1.936.263,83	1.488.675,70	120.173,95	2.853.139,05	1.918.959,57	1.916.397,87	1.939.598,26	1.933.401,48	1.969.959,48	1.975.742,14	1.950.173,39	22.006.446,78	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (D) = (D - I - D)	11.162.878,28	11.178.199,29	18.559.189,19	14.746.642,63	14.194.039,21	11.248.199,63	11.649.443,15	11.510.669,58	11.506.572,02	11.622.853,09	11.494.223,80	11.614.205,50	150.614.375,50	133.539,63

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (V)	765.111.520,02	0,019685%
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (D) (C)	150.614.375,00	0,0123158%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	178.714.748,85	0,022190%
LIMITE PROIBIDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	169.779.011,40	0,022190%
LIMITE DE ALÍQUOTA (VII) = (0,96 x V) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	160.843.273,96	0,021022%

Fonte: Sistema Sinf, Unidade Responsável COFISAO 23/09/2020

Não demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Proibencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013
2. Valor da RCL referente a Portaria STN nº 504 de 21 de setembro de 2020.

Santia Hely Koppelman
Coordenadora de Auditoria Interna

Christine Ferreira Resplande
Coordenadora de Orçamento, Finanças

Wilson Camargo Junior
Diretor - Geral

Dos Leandro Crispim
Presidente do TRF/GO

RS 1,00

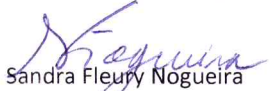
DESPESAS EXECUTADAS					
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			172.862.109,67		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			22.247.734,67		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)			150.614.375,00		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			765.111.520.022,84		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100			0,019685%		
			% DA RCL	VALOR	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,023424%	179.219.722,45
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,023401%	179.043.746,80
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-		-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,023358%	178.714.748,85
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

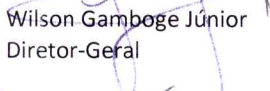
\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

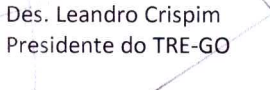
\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho


 Christine Ferreira Resplande
 Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade


 Sandra Fleury Nogueira
 Coordenadoria de Auditoria Interna


 Wilson Gamboge Júnior
 Diretor-Geral


 Des. Leandro Crispim
 Presidente do TRE-GO